



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Mista da Medida Provisória nº 754, de 2016.

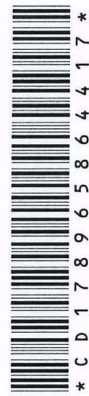
Requerimento nº de 2017

(Dep. Assis Carvalho)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a MP nº 754/2016, que altera a Lei 10.742, de 6 de outubro de 2003, que "Define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências".

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência a realização de audiência pública para analisar e discutir as questões relacionadas à proposta apresentada por meio da Medida Provisória nº 754/2016 que prevê que o Conselho de Ministros da CMED poderá, excepcionalmente, autorizar ajuste positivo ou negativo de preços de medicamentos. Para tanto, solicito que sejam convidados para este evento:



- Representante da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED);
- Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- Representante da Indústria Farmacêutica;
- Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC).

Justificativa

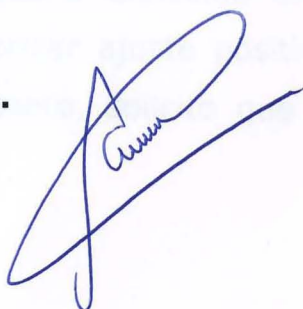
De acordo com a alteração proposta pela MP nº 754/2016, o Conselho de Ministros da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED poderá, excepcionalmente, autorizar ajuste positivo ou negativo de preços.

A norma atual determina que os reajustes de preços devem ser anuais com base no modelo de teto de preços calculado com base em um índice, em um fator de produtividade e em um fator de ajuste de preços relativos intra-setor e entre setores.

De fato, faz-se necessária a atualização da norma quanto à possibilidade de ajuste negativo de preços, entretanto, a Medida Provisória da forma redigida, abre possibilidade para que o governo atual majore os preços dos medicamentos de forma discricionária, sem critério, dificultando o acesso a medicamentos pela população. Fatos desta natureza, constantes na proposta enviada pelo governo ao Congresso Nacional, exigem a ampliação do debate público sobre o tema e motivam a apresentação deste Requerimento de Audiência Pública.

Sala de Sessões, em de março de 2017.

Dep.



(PT/PI)

